

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.936 - RS (2019/0295492-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RENATO DE LEMOS E OUTROS
ADVOGADOS : RENATO DE LEMOS - RS065971
FELIPE DA SILVA ANTUNES - RS102831
KARLINE NEUMANN - RS115985
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : CASSIANE SPEROTTO MARMENTINI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIANE SPEROTTO MARMENTINI em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que a paciente foi denunciada, com mais 7 corréus (Ação Penal n. 5008395-13.2016.4.04.7104/RS , originária da denominada "Operação Saúde"), como incurso nas sanções do art. 90 da Lei n. 8.666/1993, e condenada a pena de 2 anos de detenção, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos (e-STJ fl. 100).

Irresignada, a defesa apelou, tendo o Tribunal de Justiça negado provimento ao recurso e determinado o início da execução da pena, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 103/104):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. "OPERAÇÃO SAÚDE". FRAUDE À LICITAÇÃO. MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PALMA/RS. ARTIGO 90 DA LEI 8.666/1993. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS FATOS I, II E III. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS. CONJUNTO PROBATÓRIO APTO A SUSTENTAR A CONDENAÇÃO. TIPICIDADE. AUTORIA. DOLO. MULTA DO ART. 99 DA LEI 8.666/93. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

[...]

11. Execução provisória da pena autorizada, conforme entendimento firmado pelo STF (HC 126.292). Súmula 122 TRF4.

12. Negado provimento aos apelos interpostos.

No presente *writ*, alegam os impetrantes que há evidente

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal na determinação para o imediato cumprimento da pena restritivas de direitos, sem o trânsito em julgado da condenação.

Diante disso, pleiteia, em liminar, a suspensão da execução provisória das penas restritivas de direitos até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, a suspensão do cumprimento provisório das penas restritivas de direito até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória da Ação Penal n. 5008395-13.2016.4.04.7104 (e-STJ fls. 3/10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, pois, embora a orientação do Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário (HC n. 126.292/SP, relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, DJe 17/5/2016), esta Corte tem decidido que o entendimento não se aplica às penas restritivas de direitos, a saber:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

3. Embargos de divergência rejeitados.

(Eresp 1.619.087, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/6/2017 e publicado em 24/8/2017, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Sendo assim, mostra-se de rigor seja obstada a execução provisória das penas restritivas determinadas em desfavor da paciente.

À vista do exposto, **defiro a liminar para suspender a execução provisória das reprimendas restritivas de direitos impostas à paciente até o julgamento final do presente *writ*.**

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, notadamente acerca da eventual interposição de recursos contra acórdão que julgou a Apelação n. 5008395-13.2016.4.04.7104.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator